

# Justiça poderá sustar o anexo do Senado

Ricardo Miranda Filho

BRASÍLIA — O senador Afonso Camargo (PTB-PR) entra amanhã na Justiça Federal com uma ação popular contra a Mesa do Senado por dano causado ao patrimônio público. A Mesa decidiu construir um prédio anexo ao do Senado, ao custo de Cz\$ 8 bilhões, e já abriu concorrência cujo vencedor deverá ser conhecido também amanhã.

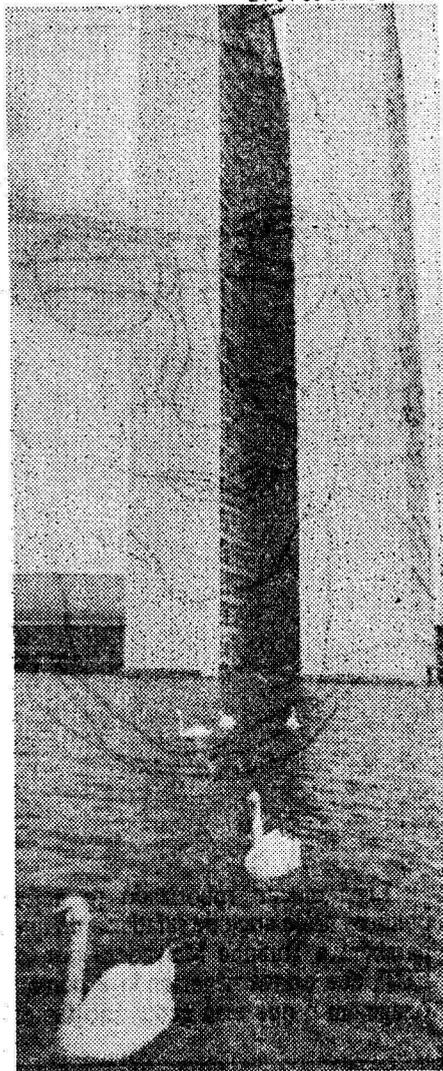
Segundo o advogado Galba Meneghali, que representa o senador, o processo de abertura dos envelopes pode ser suspenso se o juiz conceder a liminar à ação no mesmo dia. Afonso Camargo foi passar o fim de semana em Curitiba, mas o advogado ficou estudando o caso em Brasília.

Embora ainda não tenha toda a argumentação pronta, Galba Meneghali adiantou que uma das alegações será a de que foram descumpridas as normas de concorrência, "entre outras coisas porque o projeto da obra sequer está concluído".

**Funcionalidade** — Seis prédios, um parque gráfico, um centro de processamento de dados e uma população de 10 mil habitantes. A estrutura arquitetônica do Congresso Nacional, apesar de sua beleza plástica exposta nos cartões postais, tem sido alvo de muitas críticas, que vão da ociosidade de espaços à acusação de ostentação gratuita. Enquanto isso, correndo atrás do aumento de partidos e da burocracia, o Senado planeja construir seu terceiro anexo, um prédio de 50 mil metros quadrados orçado em Cz\$ 8 bilhões, ao mesmo tempo que a Câmara tem em seu encalço 40 empresas de construção civil, disputando o direito de executar seu Anexo V.

"Os edifícios projetados têm muita grandiosidade, mas a funcionalidade deixa muito a desejar", interpreta o diretor-geral do Senado, ex-senador Passos Porto, acendendo uma polêmica antiga sobre o conceito arquitetônico de Oscar Niemeyer. "É um escárnio contra o povo entregar um projeto deste porte a quem não sabe fazer projetos", critica a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), referindo-se ao "arquiteto oficial de Brasília". "Como nenhum arquiteto está à altura de Niemeyer, Brasília morrerá com ele", ironiza o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP).

Passos Porto argumenta que, aos atuais 72 senadores, serão incorporados outros nove, por conta dos três novos estados brasileiros aprovados na Constituinte (Tocantins, Roraima e Amapá), o que, segundo ele, levou à "expulsão" da diretoria legislativa do Senado, para que se pudesse instalar o senador Saldanha Derzi (PMDB-MT) no gabinete da liderança do governo. "Todas as comissões do Senado estão fun-



Anexo I da Câmara (centro) tem 7 andares interditados

cionando nos corredores", lembra o senador Marco Maciel (PFL-PE). A Câmara, que aos atuais 487 deputados acrescentará mais 66, toca na mesma tecla. "É preciso responder a esta expansão", diz o diretor-geral da Câmara, Ademar Sabino.

Apesar disso, os novos anexos ainda estão nas pranchetas de Niemeyer. "Não existe absolutamente nada de concreto ainda", explica Hamilton Cordeiro, diretor da Coordenação de Arquitetura e Engenharia da Câmara. Os gastos, no momento, ficam por conta das obras de manutenção e reformas dos atuais anexos. Todos os anexos da Câmara — uma área de 130 mil metros quadrados — estão sendo restaurados, juntamente com a residência oficial do presidente da Câmara, Ulysses Guimarães. "Os prédios do Congresso eram os mais vulneráveis da cidade em termos de risco de incêndio", conta Cordeiro. O Anexo I da Câmara, um prédio de 100 mil metros quadrados cercado por um espelho d'água e

24-04-80 Jair Cardoso

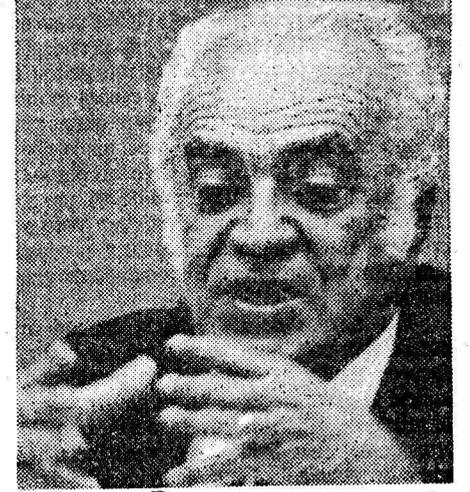
19.01.85

17-11-83



Afonso Camargo moverá ação contra construção do prédio

15-05-88 — José Varella

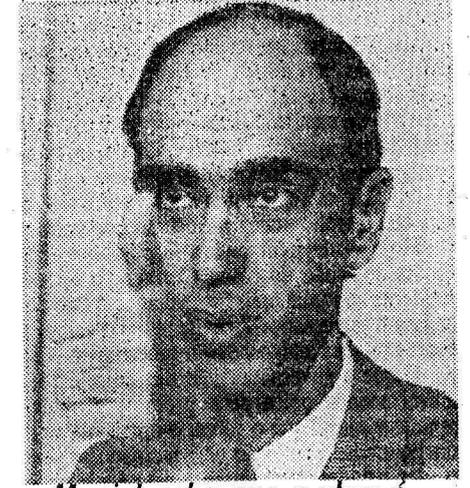


Passos Porto quer preparar a casa para novos senadores

15-02-85 — Wilson Pedrosa



Sandra classifica o projeto de "escárnio" contra o povo



Maciel acha que a obra é necessária, mas inoportuna

recheado por divisórias de madeira, está com sete andares interditados para mudanças em sua estrutura.

**Plenário subterrâneo** — Outro problema já detectado é a necessidade de mudanças no plenário, que terá de comportar, além dos atuais 559 parlamentares, mais 75 deputados e senadores. "O plenário não suporta mais", resume o relator-geral da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Estão nas mãos do arquiteto Oscar Niemeyer duas propostas: o levantamento do plenário da Câmara ou mesmo a construção de um plenário subterrâneo nos gramados em frente ao Congresso. O diretor-geral da Câmara, Ademar Sabino, é contra essa segunda hipótese, que, segundo ele, custaria "uma fortuna", embora reconheça haver um déficit de 185 lugares no atual plenário.

O diretor-geral do Senado, Passos Porto, chega a propor que todos os gabinetes de senadores tenham "vida autônoma". O

edital de concorrência reflete isto ao antecipar que os anexos deverão dispor de instalações telefônicas e terminais de computador, elevadores, sistema central de sonorização, ar condicionado, auditório, salas de filmagens e gravação, agência bancária e até restaurante.

"Não tem a menor justificativa", protesta o deputado Aldo Arantes (PC do B—GO), que acha que é necessário "aproveitar melhor o espaço de que se dispõe". "Os novos anexos são necessários, mas a oportunidade é discutível, tendo em vista a situação financeira do país", adverte o senador Marco Maciel. "É um gigantismo doentio", opina o deputado Cardoso Alves. Para o presidente do Sindicato dos Arquitetos do Distrito Federal, Felipe Torelly, o problema central está mesmo na obra de Niemeyer. "Ele continua se sentindo o dono de Brasília e produzindo seus símbolos fascistas em forma de monumento."